

## CRESCIMENTO DEMOGRAFICO E URBANIZAÇÃO EM PERIODOS PÓS-COLONIAIS EM PAISES DO TERCEIRO MUNDO

### 1. INTRODUÇÃO

Ao abordar-se <sup>(1)</sup> a questão do crescimento demográfico à escala mundial, um dado ressalta dessa observação: os países do Terceiro Mundo são, por razões várias, não só os que apresentam uma taxa mais elevada de crescimento, mas também aqueles em que esse fenómeno aparece acompanhado de grandes fluxos migratórios, originando o crescimento desmesurado das cidades, sobretudo dos grandes centros urbanos. É esse um dos temas mais interessantes do livrinho de DAVID DRAKAKIS-SMITH, *The Third World City*, um autor com vasta bibliografia sobre as cidades do Terceiro Mundo. Datando de 1987, este livrinho continua a guardar lugar de relevo. A partir da sua leitura, recomendada pelo professor do seminário de «Aspectos e Problemas das Cidades do Terceiro Mundo», do ano lectivo de 1990-1991, escrevemos estas notas <sup>(2)</sup>.

### 2. CRESCIMENTO URBANO

É hoje um facto inegável que a urbanização (entendida como concentração de indivíduos nas cidades) tomou proporções altamente significativas nos países do Terceiro Mundo no período pós-colonial e, especialmente, a partir dos anos 60. Dados publicados pela UNESCO em 74 <sup>(3)</sup>, apontavam já para uma taxa de crescimento da população urbana da ordem dos 4,71 no período 60-70, seguida de um ligeiro abrandamento (4,56) no período 70-80. Se confrontarmos estes dados com os previstos para as zonas mais desenvolvidas (2,12 e 1,90, respectivamente), apercebemo-nos claramente da dimensão deste fenómeno.

Importará, antes de mais, procurar as causas para este crescimento urbano, causas essas que, de acordo com D. DRAKAKIS-SMITH, se repartirão entre os fenómenos migratórios e o crescimento normal da população urbana. Como facilmente se deduz, não se trata de fenómenos independentes, já que o crescimento natural existe por si e é ainda fortalecido pelos fluxos migratórios. Por outro lado, há outros factores a ter em conta, como sejam a redução da taxa de mortalidade (por acção de assistência médica), factor que poderá compensar a ligeira quebra de natalidade prevista.

---

<sup>(1)</sup> A autora, foi aluna do Seminário dirigido pelo Prof. Doutor ILÍDIO DO AMARAL, e foi classificada com a nota mais elevada pelo conjunto de trabalhos apresentados, com relevo para estas notas.

<sup>(2)</sup> O livro referido é D. DRAKAKIS-SMITH, *The Third World City*. Londres, Nova Iorque, Methuen & Co., 1987. Aquele Professor recomendou a publicação das Notas, uma vez obtida a anuência da autora.

<sup>(3)</sup> Publicado em *National Science Policies in Africa*, Paris, UNESCO, 1974, n.º 31, citado por PAUL BAIROCH.

Durante os anos 70, cerca de 90.000 indivíduos invadiram diariamente as cidades de Africa, Asia e América Latina. Para os anos 80, esperava-se que mais 320 milhões de pessoas procurassem as cidades, números que apenas vêm confirmar as taxas já apresentadas. Por outro lado, segundo um estudo da Divisão de População da ONU para 70-75, num crescimento médio anual de 28 milhões de pessoas nas cidades do terceiro mundo, 16 milhões proviriam da evolução natural e 12 milhões do êxodo rural. Desta forma, mesmo tendo em conta o abrandamento do fluxo migratório, por acção de programas de «desurbanização», o crescimento demográfico resultante da evolução natural (situando-se, como se sabe, prioritariamente nas zonas pobres) constitui ainda um problema de monta para estas cidades.

Interessa mais, nesta parte do trabalho, destacar os fluxos migratórios e a sua distribuição pelas cidades.

As cidades intermédias parecem absorver uma percentagem menor dos fluxos, reservando-se o grosso para as grandes cidades, já elas densamente povoadas. Esta é, aliás, uma característica particular dos países do Terceiro Mundo, segundo geógrafos do Departamento de Geografia da Universidade de Liverpool <sup>(4)</sup>. A maior cidade destes países, habitualmente a capital, aglomera, normalmente, 10 a 25 % da população total, destacando-se claramente da cidade seguinte. As razões para este facto prendem-se com a própria estrutura destes países, largamente resultante do seu passado colonial. A localização e concepção destas cidades reflecte os interesses industriais e comerciais dos países colonizadores, estruturas essas que perduraram nos períodos pós-independência, permanecendo como grandes pólos de referência e atracção. Tem-se procurado, em alguns casos, alterar esta situação através da criação de novas cidades (Brasília) e ainda pela diversificação dos pólos de interesse junto de cidades menores.

Afinal, o que move estas populações a deslocarem-se para as cidades? Que motivações estão na base do êxodo rural?

### 3. MOTIVAÇÕES DAS MIGRAÇÕES PARA OS CENTROS URBANOS

As motivações que estão na base do deslocamento de populações são de vária ordem e podem mesmo alterar-se de acordo com o período em análise ou durante o processo do migrante.

Regra geral, a decisão prende-se com razões de ordem natural, económica, social ou política, razões que actuam em conjunto mais do que individualmente.

Alguns movimentos de populações em direcção às cidades são, de facto, determinados por causas naturais (secas, etc.), ocorrências essas sobre as quais os afectados possuem pouco ou nenhum controlo. A possi-

---

<sup>(4)</sup> J. P. DICKENSON, C. G. CLARKE, W. T. S. GOULD, A. G. HODGKISS, R. M. PROTHERO, D. J. SIDDLE, C. T. SMITH e E. M. THOMAS, *A Geography of the Third World*, Nova Iorque, Methuen, Londres, 1986, cap. 7.

bilidade de maior assistência junto das cidades funciona, também, como estímulo de partida. Por outro lado, a vertente económica desempenha um grande papel no processo de decisão. Os camponeses, na maioria dos países do Terceiro Mundo, enfrentam uma crise, apontando dados de 79 para 450 milhões de camponeses subnutridos. Como refere DRAKAKIS-SMITH, apesar da dificuldade em estabelecer generalizações significativas, a procura de emprego parece funcionar como a principal razão do movimento, sabendo-se, porém, que a maioria dos migrantes não poderá aspirar ao usufruto do rendimento médio cidadão e, em alguns casos, o emprego ocupará apenas parte do ano. É, no entanto, um facto que o rendimento resultante do emprego cidadão é superior ao rendimento rural. O acesso à maioria das proeminentes instalações urbanas (hospitais, escolas, universidades, etc.) também é difícil às classes mais pobres.

É, assim, inegável que a procura de trabalho funciona como um estímulo importante, apontando dados entre 70 e 85 para um aumento de 30 % de mão-de-obra nos países do Terceiro Mundo.

Alguns autores incluem ainda nestas motivações a sedução pelo modo de vida urbano e outros fenómenos sociais e culturais, como sejam a estrutura gerontocrática nas zonas rurais, a fuga a um tipo de vida baseada em valores tradicionais incompatíveis com a ambição pessoal dos jovens. Estes motivos incluiriam, assim, a rebelião contra valores tradicionais (em que a ascensão social se encontra em estreita relação com a idade), ou o acesso a determinados bens que marcam todo um estilo de vida.

D. DRAKAKIS-SMITH não partilha totalmente deste ponto de vista de redução da migração ao confronto entre dois mundos distintos. Segundo este autor, este confronto, colocado nestes termos, entre um mundo rural retardado e um mundo urbano moderno, raramente existe já. A modernização das vias de comunicação e difusão dos meios de comunicação introduziram os valores urbanos nos meios mais recônditos. Por outro lado, assiste-se também a uma preservação dos valores rurais nas populações migrantes residentes nas cidades, fortalecida pela tendência de congregação dos indivíduos de proveniência similar.

Outra das razões apontadas aborda questões políticas. A fuga para a cidade relaciona-se, por vezes, com a instabilidade política dos próprios países, oferecendo a cidade um abrigo aos confrontos.

Enunciadas assim as diversas motivações de base dos fluxos migratórios, será ainda interessante referir o processo de decisão e caracterizar o próprio movimento.

No que diz respeito ao primeiro ponto, DRAKAKIS-SMITH caracteriza a migração como consequência de uma decisão colectiva, envolvendo não só os membros da família, mas também outras pessoas cujo comentário possa ser relevante. Apesar do âmbito familiar da decisão, existe uma auto-selecção por parte dos indivíduos com base nos seus atributos pessoais. Por outro lado, a própria mudança física está fortemente relacionada com os contactos familiares ou comunitários que o migrante

possui na cidade. São eles que fornecem o primeiro auxílio em termos de alojamento e procura de trabalho.

A posição do mesmo autor contraria a caracterização do movimento feita durante alguns anos, segundo a qual a migração envolveria prioritariamente os machos adultos do ramo mais recente da família que, num processo progressivo, subiriam na hierarquia urbana em termos de grandeza e distância, acompanhada de um aumento de rendimento. O desenvolvimento dos meios de transporte em largas áreas do Terceiro Mundo tem permitido o surgimento daquilo a que chama «migração circular»: o migrante desloca-se temporariamente à cidade mantendo, no entanto, a sua casa rural, procurando, assim, tirar partido das vantagens de cada um dos ambientes. Esta política é, aliás, bem aceite pelos empregadores pela mão-de-obra barata.

Durante muito tempo (e em algumas zonas) eram, de facto, sobretudo os homens a migrarem na procura de maior rendimento, procedendo depois a envios para a família que permanecera no local de origem. Várias observações concluem ser difícil calcular a parcela de rendimento enviado para casa. No entanto, verifica-se a existência desse «cordão-umbilical» com a terra e a família que fomenta a migração circular, ou o posterior retorno à terra natal.

DRAKAKIS-SMITH aponta ainda algumas mudanças sensíveis nos padrões de migração relacionando-os com a migração circular. Se bem que, em alguns países sempre tenha sido significativa, a migração feminina tem registado um largo incremento. De facto, as mulheres que migravam acompanhando as suas famílias (sobretudo em locais onde eram escassos os atractivos para ficar) têm sido acompanhadas por grupos de mulheres que partem para a cidade na busca de um dos muitos empregos que vêm sendo gerados pela expansão das indústrias nos países do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina e Caraíbas, onde as cidades registam um «excesso» de população feminina. De forma global, o número de mulheres migrantes (no grupo 15-25 anos) é superior ao quantitativo dos homens, com a particularidade de a sua idade média ser inferior à dos homens.

Traçado de forma breve o panorama do crescimento urbano, bem como as razões dos grandes movimentos de população, nos pontos seguintes referiremos genericamente as transformações que esses movimento trazem às próprias cidades que os recebem e, ainda, algumas medidas oficiais para lidar com o problema do acentuado crescimento urbano. Mas antes disso, importa apresentar o ponto de vista de DRAKAKIS — estas altas taxas de crescimento (natural ou resultante de migração) são a consequência de disparidades de desenvolvimento (disparidades sociais e espaciais), e não a sua causa.

#### 4. O IMPACTO DA MIGRAÇÃO

De forma sucinta e genérica, podemos ainda analisar o fluxo migratório em termos do seu impacto em áreas como o emprego e a habitação.

Segundo dados de PAUL BAIROCH <sup>(5)</sup>, excluindo as cidades desenvolvidas para exploração de recursos locais específicos, a concentração de indivíduos nas cidades do Terceiro Mundo ultrapassa, em larga medida, a capacidade das suas economias para absorver esta mão-de-obra.

A sua distribuição pelos diversos sectores indica uma forte presença no sector dos serviços. Estas cidades possuem redes complicadas de serviços e infraestruturas que exigem grande quantidade de mão-de-obra para a sua manutenção. O sector retalhista ocupa também esta mão-de-obra (geralmente, não-especializada), bem como os sectores da construção civil e indústria manufactora (normalmente de muito trabalho e pouca produtividade). Numa escala ainda inferior, encontram-se os indivíduos que vivem apenas dos desperdícios urbanos. PAUL BAIROCH traça mesmo uma oposição entre aquilo que denomina de «sector informal» (actividades heterogéneas como pequenos trabalhos, reparações, reciclagem e alguns serviços) e o «sector formal» (actividades de larga escala, permanência no emprego, com horário, remuneração e, eventualmente, acesso a pensão e segurança social), ainda assim constituído pelos chamados trabalhos duros.

É evidente que o acesso ao «sector informal» é o mais simples e o mais comum, exigindo menor (ou nenhuma) especialização. Esta é, aliás, a opção tomada por muitos novos emigrantes ao chegarem à cidade: os familiares ou amigos abrem geralmente esta primeira perspectiva.

De qualquer forma, sub-emprego e desemprego são realidades de peso nestas cidades. Na Ásia, em 1975, o total de desempregados ou sub-empregados atingia os 30 % da força de trabalho, valor que não difere muito de outras zonas e que contribui para a estimativa global: a força de trabalho passará de 1,3 biliões em 75 para 1,91 biliões no final do século, sem que este crescimento seja acompanhado por taxas idênticas de criação de novos postos de trabalho.

Uma outra área sensível ao fluxo migratório é a habitação. Perante a falta de capacidade das autoridades na execução de programas habitacionais compatíveis, a procura de habitação a baixo preço tem obtido resposta através da criação de «bairros da lata», situados nas cercanias das cidades, ou no superpovoamento de alguns bairros onde, rapidamente, se degradam as condições de higiene e de alojamento, dando origem, por vezes, a fenómenos de segregação residencial.

Os «bairros da lata» situam-se em qualquer lugar que, pelas suas características, se encontra fora do mercado de terrenos — ravinas, encostas e zonas insalubres. As favelas brasileiras são disto exemplo típico, mas o fenómeno alarga-se a todos os países cuja falta de desenvolvi-

<sup>(5)</sup> PAUL BAIROCH, *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Gallimard, 1985, pp. 547-549.

mento adequado, falta de emprego e rendimentos fixos condena ao alojamento de baixa qualidade.

Os dados não são recentes (60-65), mas ilustram, de alguma forma, esta procura de abrigo rápido e pouco dispendioso originada no contexto do rápido crescimento da população urbana (\*). Assim, em cidades como Rio de Janeiro, Guatemala ou Seul, 30% da população da cidade vivia, nesses anos, em zonas não controladas ou «bairros da lata». Estes níveis ascendiam a 60% (Bogotá), 70% (Casablanca) ou mesmo 80% (Douala) e, apesar dos múltiplos esforços de reordenamento desenvolvidos de então para cá, penso que este fenómeno apresentará ainda números bastante significativos.

Em termos de comunidade, alguns esforços têm sido levados a cabo em diversos países no sentido de coordenar serviços na interior destes bairros, procurando dotá-los de algumas condições básicas.

As conclusões de professores e investigadores do Departamento de Geografia da Universidade de Liverpool (em texto já referido) parecem ser bastante pertinentes: «à medida que as cidades se expandiram, o emprego foi criado por meios informais e a auto-construção acompanhada do auto-emprego de forma a criar uma auto-urbanização».

Observemos, finalmente, algumas das medidas tomadas por diversos organismos no sentido de atenuar ou orientar o fluxo migratório urbano.

## 5. MEDIDAS ADOPTADAS

Algumas iniciativas têm sido tomadas no sentido de desviar as migrações para as grandes cidades. Destas, salientam-se o incentivo ao deslocamento para outras áreas rurais (com a oferta de contrapartidas, normalmente julgadas como insuficientes) e a migração para países mais desenvolvidos (uma prática bastante corrente). Estes tipos de migração foram já apelidados de «migrações divergentes», contrastando com a migração para a cidade («migração convergente»).

Outros esquemas tentados envolveram o controlo de movimentos ou a sua restrição, cujo exemplo mais conhecido ocorreu na África do Sul. Trata-se de um dispositivo que requer grande força policial e, de novo, de alcance limitado na maioria dos países (para além do carácter discriminatório que envolve).

O esquema que se afigura como passível de maiores resultados e, simultaneamente, o mais coerente, envolve o reordenamento do território. Intervir directamente nas zonas rurais de pobreza e subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, investir na recuperação das zonas habitacionais urbanas degradadas afigura-se como a política mais correcta a seguir, apesar de, sem dúvida, ser a mais dispendiosa. Talvez por esta razão,

---

(\*) O. F. GRIMES, JR., *Housing for Low-Income Urban Families*, Jonh Hopkins Press for IBRD, 1976, table AC: 188-27, citado no texto *A Geography of the Third World*, atrás mencionado.

o programa que tem recebido mais incentivo tem sido o do controlo da natalidade através do planeamento familiar.

Sabe-se que as maiores taxas de natalidade se centram, geralmente, nas áreas de menor rendimento. Estas famílias associam a famílias numerosas sentimentos de protecção na velhice, maior possibilidade de captação de rendimento para o agregado. E, pois, para elas que se destinam prioritariamente os programas de planeamento familiar, divulgando valores sociais e económicos (menores famílias como sinónimo de maior poupança, etc.). No entanto, como salienta DRAKAKIS-SMITH, também aqui é visível uma contradição, já que estes programas poderiam (deveriam!) influenciar a um nível global — maiores oportunidades para as mulheres, melhores cuidados de saúde, educação e emprego — acções que poderiam conduzir a uma reavaliação das prioridades da família obtendo-se, assim, o resultado desejado: a redução da natalidade nestas famílias.

Tal tarefa apresenta-se, no entanto, como bastante onerosa e de resultados a médio e longo-prazo. Por essa razão, as entidades têm adoptado com intensidade programas de planeamento familiar baseados na contracepção, acompanhados de outros desincentivos à constituição de famílias numerosas (acesso ao emprego, etc.).

A conclusão de DRAKAKIS-SMITH abre perspectivas algo sombrias: o apoio internacional, mais do que dirigido para o auxílio ao desenvolvimento global, tem-se centrado no planeamento familiar, pelo que as condições de vida das populações continuam a deteriorar-se.

De novo, uma afirmação do mesmo autor se afigura como importante e compreensível — «as grandes taxas de crescimento urbano (natural ou migratório) são a consequência das disparidades de desenvolvimento (espacial e social) e não a sua causa». Eis assuntos que exigem reflexão!

*PAULA CRISTINA N. N. LEITE*